

Participação democrática na gestão pública descentralizada: uma análise da formação de agenda em conselhos municipais de turismo.

Thiago Duarte Pimentel, Marcela Bifano Costa De Oliveira, Eliza Feres Moura, Fabíola Cristina Costa De Carvalho y Gilberto Maurício Frade Da Mata.

Cita:

Thiago Duarte Pimentel, Marcela Bifano Costa De Oliveira, Eliza Feres Moura, Fabíola Cristina Costa De Carvalho y Gilberto Maurício Frade Da Mata (2017). *Participação democrática na gestão pública descentralizada: uma análise da formação de agenda em conselhos municipais de turismo. XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-018/2807>



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA DESCENTRALIZADA: UMA
ANÁLISE DA FORMAÇÃO DE AGENDA EM CONSELHOS MUNICIPAIS DE TURISMO**

Thiago Duarte Pimentel

thiago.pimentel@ich.ufjf.br

Universidade Federal de Juiz de Fora

Brasil

Marcela Costa Bifano de Oliveira

marbifano@gmail.com

Universidad de Guadalajara – Centro Universitario de la Costa

México

Eliza Feres Moura

elizaferes@gmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora

Brasil

Fabiola Cristina Costa de Carvalho

fabiolacarvalho.tur@hotmail.com

Universidad Autónoma de Sinaloa

México

Gilberto Maurício Frade Da Mata

gilbertofmata@gmail.com

Universidade Federal de Juiz de Fora

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

A oferta de um destino turístico está vinculada à necessária combinação de elementos de caráter público (atrativos, infraestrutura, patrimônio, cultura local, etc.) e elementos privados (produtos vendidos e serviços prestados por cada uma das empresas do destino: hotéis, agências, transportadoras, etc.). Portanto requer a difícil tarefa de aglutinar esforços de diferentes atores, pautados por distintas lógicas de ação e com objetivos em jogo díspares. Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que teve o objetivo central de estudar a articulação dos distintos atores para a produção do turismo, considerando a necessidade de compreender o caráter intrinsecamente coletivo e organizado de um destino turístico. Apresentamos neste trabalho o exame da capacidade de inserção e de intervenção dos agentes sociais nos debates que decorrem em espaços institucionalizados de participação social. Empiricamente, analisamos a trajetória dos temas discutidos em um Conselho Municipal de Turismo de uma cidade do Estado de Minas Gerais, Brasil. Metodologicamente, através da análise de conteúdo das atas de reuniões regularmente realizadas durante o período de 2011 a 2015, buscou-se identificar e contrastar quais os atores proponentes dos temas que despertaram interesse nos debates e quais temáticas se mantiveram na agenda de discussão. Parte-se da ideia central de que a permanência dos temas nas pautas de discussão poderia contribuir para que eles resultassem em ações concretas do Conselho, ou seja, em formas práticas de intervenção na organização do destino turístico estudado. Como revisão teórica norteadora deste estudo parte-se do ponto de que a rotina burocrática do Estado pode interferir de forma imprevisível nos processos que envolvem os diversos momentos do ciclo político (Lasswell, 1950; Theodoulou, 1995), ao mesmo tempo em que as intenções e práticas dos agentes podem ser moldadas segundo diferentes contextos e circunstâncias do ambiente (Page, 2008). Nesse cenário verificou-se o comportamento de três grupos de atores característicos definidos por Sabatier e Jenkins-Smith (1993): os representantes de grupos de interesse, que tendem a fortalecer suas crenças e assumir posições centrais nos debates; as agências governamentais ou administrativas, que tendem a assumir uma posição mais central e menos extremada nas discussões, além de advogar por diferentes opiniões em função de alterações no contexto político; e a comunidade



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

acadêmica, que costumam ser membros ativos nos debates. Como resultado foi possível distinguir a formação de um grupo de agentes com interesses minimamente convergentes e que tendem assumir a liderança nos debates, e, portanto, possuem poder para modelar a agenda.

ABSTRACT

The offer of a tourist destination is linked to the need for a combination of public elements (attractions, infrastructure, heritage, local culture, etc.) and private elements (products and services provided by each destination company: hotels, agencies, transporters, etc.). Therefore, it is a difficult task to combine the efforts of different actors, guided by different logics of action and contrasting game goals. This article presents the results of a research that had a central objective of studying the articulation of different actors for tourism production, considering the need to understand the intrinsically collective and organized character of a tourism destination. Specifically, it is presented in this article the exam of the capacity to insert and intervene of social agents, in the debates that will constitute institutionalized spaces of social participation. Empirically, it is presented the analysis of the path of the issues discussed in a Municipal Tourism Council of a State of Minas Gerais, Brazil. Methodologically, through a content analysis of the minutes of meetings regularly held from 2011 to 2015, it was sought to identify and contrast which actors proposed themes that aroused interest in the debates and which issues were kept on a discussion agenda. It is a central idea that the permanence of the topics on the discussion can contribute as to achieve concrete results in the Council activities, that is, in practical ways of intervening in organizing a tourism destination. As a theoretical review of this study, it is said that state bureaucratic routine can interfere in an unpredictable way with processes involving various moments of the political cycle (Lasswell, 1950; Theodoulou, 1995), while at the same time the intentions and actions of the agents can be shaped according to different contexts and circumstances of the environment (Page, 2008). In this scenario it was observed the behaviour of three groups of characteristic actors defined by Sabatier and Jenkins-Smith (1993): representatives of interest groups, who tend to strengthen their beliefs and take on central positions on the debates; such as government or public managers, which tend to take a central and less extreme position in the discussions, and to advocate for different



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

opinions in the light of the political context; and the academic community, who are often active members in the debates. As a result, it was possible to distinguish the formation of a group of agents with minimal convergent interests, who tend to take the lead in the debates and, thus, have the power to shape the agenda.

Palavras clave

Turismo, Participação Social, Políticas Públicas

Keywords

Tourism, Social Participation, Public Policies



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introdução

A oferta de um destino turístico está vinculada à necessária combinação de elementos de caráter público (atrativos, infraestrutura, patrimônio, cultura local, etc.) e elementos privados (produtos vendidos e serviços prestados por cada uma das empresas do destino: hotéis, agências, transportadoras, etc.). Portanto, requer a difícil tarefa de aglutinar esforços de diferentes atores, pautados por distintas lógicas de ação e com objetivos em jogo díspares.

Este artigo apresenta os resultados parciais de uma pesquisa que teve o objetivo central de estudar a articulação dos distintos atores para a produção do turismo, considerando a necessidade de compreender o caráter intrinsecamente coletivo e organizado de um destino turístico. Em específico, se apresenta neste trabalho o exame da capacidade de inserção e de intervenção dos agentes sociais nos debates que decorrem em espaços institucionalizados de participação social. Empiricamente, é apresentada a análise da trajetória dos temas discutidos em um Conselho Municipal de Turismo de uma cidade do Estado de Minas Gerais, Brasil.

O artigo está estruturado em três partes além desta breve introdução. Na segunda parte é apresentado o marco teórico em que se propõem a categorização dos atores envolvidos no processo de discussão sobre a organização do turismo no *locus* de estudo a partir dos grupos formados por: representantes de grupos de interesse, agentes públicos (governamentais ou administrativos), e a comunidade acadêmica (Sabatier e Jenkins-Smith, 1993). Em seguida são destacados os procedimentos utilizados na pesquisa empírica e as características do objeto de estudo (Conselho Municipal de Turismo). Na quarta seção os dados empíricos são confrontados a proposta teórica na discussão e apresentação das considerações finais da pesquisa.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

II. Marco teórico

A rotina burocrática do Estado pode interferir de forma imprevisível nos processos que envolvem os diversos momentos do ciclo político (Lasswell, 1950; Theodoulou, 1995), ao mesmo tempo em que as intenções e práticas dos agentes podem ser moldadas segundo diferentes contextos e circunstâncias do ambiente (Page, 2008). Sobre este aspecto Sabatier e Jenkins-Smith (1993) argumentam que seria apropriado incorporar a uma análise política os múltiplos ciclos que interferem nos processos relacionados a sua formação, a partir da ideia que existe uma interação entre os vários níveis governamentais, para que as decisões sejam tomadas e concretizadas.

A literatura funcionalista, da qual se origina a ciência política, distingue três dimensões, que observadas em conjunto, compõem a realidade política. Nesse contexto Frey (2000) destaca três termos fundamentais para a análise política:

- O termo *Polity* se refere às estruturas políticas, ou seja, o próprio sistema político, que é composto pelo sistema legal e a estrutura institucional política e administrativa;
- O termo *Politics* representa os processos de negociação política, que em geral entra em conflito com os objetivos, conteúdos e decisões observadas nos debates e acordos para a distribuição dos benefícios entre os participantes deste processo;
- O termo *Policy* representa a dimensão concreta, ou seja, a política pública em si, de modo que abrange a configuração dos programas políticos, dos problemas técnicos e a essência das decisões.

Nesse contexto, diversas propostas analíticas e modelos metodológicos buscam explicar os temas relacionados às políticas públicas. Kingdon (1995) com seu modelo de múltiplos fluxos se baseia em uma abordagem sistêmica e analítica para explicar a formação das agendas públicas. Baumgartner e Jones (1991) apresenta um modelo normativo cuja



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

proposta é a análise do sistema político, que por sua vez constrangerá os resultados das ações de agentes envolvidos nesse processo.

Entretanto, argumenta-se aqui que independente do modelo teórico e metodológico escolhido para analisar uma política pública, em qualquer que seja o momento de sua formação e concretização, deve-se considerar que somado a descrição do sistema de leis e normas que determina a ação nessa realidade, de todos os possíveis elementos condicionantes externos e internos ao contexto observado, é imprescindível considerar o papel dos atores inseridos nesses processos e os arranjos relacionais que por eles são formados.

A partir dessa ideia central, deve-se ainda considerar que a política (*policy*) representa o resultado concreto de discussões e negociações que se desenrolam em função da ação nas arenas políticas, considerando aqui conforme Lowi (1964), que as arenas são os lugares onde ocorrem as discussões de temas e por consequência as coalizões. Portanto, nesse artigo considera-se que a política pública é definida como “o que os governos decidem ou não fazer” (Dye, 2011: 1), em que tal decisão resulta da ação (interação) dos agentes inseridos nos processos políticos.

Como consequência dessa noção, a política pública atua na regulação do comportamento social, pois organiza a burocracia, busca a solução de conflitos entre diferentes grupos sociais, além de estabelecer regras e normas para a distribuição dos benefícios simbólicos e materiais à sociedade (Dye, 2011). Particularmente, os mecanismos institucionais condicionam as interações dos agentes e as estratégias políticas, de forma que delimitam as relações de poder entre os participantes (interessados) nos processos políticos (Sabatier e Jenkins-Smith, 1993).

Nesse cenário o comportamento de três grupos de atores característicos são definidos por Sabatier e Jenkins-Smith (1993): os representantes de grupos de interesse, que tendem a fortalecer suas crenças e assumir posições centrais nos debates; as agências governamentais ou administrativas, que tendem a assumir uma posição mais central e



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

menos extremada nas discussões, além de advogar por diferentes opiniões em função de alterações no contexto político; e a comunidade acadêmica, que costumam ser membros ativos nos debates.

Adicionalmente, considera-se que cada um desses grupos específicos é constrangido por crenças, códigos e mapas cognitivos (Haas, 1992), que determina seu papel na arena, de forma que mesmo os atores passivos são importantes na composição destes cenários.



XXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

III. Metodologia

Foram examinadas 63 atas de reuniões do COMTUR/JF realizadas entre fevereiro de 2011, data de reativação¹, a dezembro de 2015². Adicionalmente, foram analisados as leis e os regulamentos e regimento interno relacionados ao COMTUR. Todos os documentos estavam disponíveis no portal eletrônico do COMTUR. Foram excluídas três atas: de 30 de outubro de 2013; 30 de abril de 2014 e 1 de dezembro de 2014; pois se tratavam exclusivamente do relato de gastos do Fundo Municipal de Turismo/FUMTUR³.

Utilizou-se a técnica de Análise de Conteúdo (AC) para o estudo das atas de reuniões, em que buscou-se identificar e contrastar quais os atores são proponentes dos temas que despertaram interesse nos debates e quais temáticas se mantiveram na agenda de discussão, passando de uma ideia, a uma proposta de ação e finalmente a sua realização como um resultado concreto. Parte-se, portanto, da ideia central de que a permanência dos temas nas pautas de discussão poderia contribuir para que eles resultassem em ações concretas do Conselho, ou seja, em formas práticas de intervenção na organização do destino turístico estudado. Assim empiricamente procedeu-se a:

- 1) Identificação dos temas discutidos e verificação da regularidade dos agentes nas reuniões no período de 2011 a 2015, por meio das atas das reuniões;
- 2) Destacar os temas debatidos nas reuniões, a entidade/agente que foram **proponentes**, e sua classificação em **Ideia** (temas que foram colocados na pauta ou surgiram

¹ O Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) foi reativado pela Lei nº 12.178/2010, com o objetivo de contribuir para a formulação da política pública de turismo e a articulação dos agentes vinculados a este setor. A Portaria 07.448/2011 nomeou os primeiros diretores e a partir deste momento as reuniões do COMTUR ocorrem regularmente, como uma entidade com função de consulta.

² As atas analisadas estão disponíveis no portal da Prefeitura de Juiz de Fora (2016), em https://www.pjf.mg.gov.br/conselhos/turismo/atas_de_reunioes.php. Acesso em 24 fev. 2016.

³ Os repasses efetuados de outros entes da federação a Prefeitura Municipal não são necessariamente utilizados na área de turismo, pois tais recursos são direcionados a conta única do tesouro municipal, sendo apenas liberados a pasta de turismo – e neste caso obrigatoriamente passando pelo fundo municipal de turismo (FUMTUR) – quando há nota (ou compromisso) de empenho para a realização dos gastos autorizado por parte do tesouro municipal. Assim sendo, o comportamento efetivo das reuniões (e por suposto dos registros em ata) do FUMTUR são, de certo modo, apenas formais e protocolares já que apenas registram e refendem gastos autorizados e realizados e pela secretaria de finanças.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

durante alguma discussão), **Ação** (temas que se mantiveram na pauta e motivou os agentes a assumir uma posição) e **Resultado** (quais propostas foram realmente executadas). Para maior compreensão da dinâmica que envolve o Conselho foi realizada observação assistemática das reuniões durante os anos de 2014 e 2015, bem como entrevistas com os seus membros;

- 3) Relacionar a posição dos atores à categorização proposta por Sabatier e Jenkins-Smith (1993) – representantes de grupos de interesse, das agências governamentais ou administrativas, da comunidade acadêmica, para observar o comportamento dos atores existentes e sua relação com os temas debatidos, considerando finalmente quais resultados concretos tiveram origem no âmbito do COMTUR.

III.1 Caracterização do objeto de estudo

O estudo de caso foi realizado no município de Juiz de Fora, localizado na região da Zona da Mata, no estado de Minas Gerais/Brasil (Mapa 1).

Mapa 1: Mapa do Município de Juiz de Fora.



Fonte: SkyscraperCity (2009[2015]).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Seu território atual ocupa uma área de 1.435 km². De acordo com dados do Censo 2010 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2016), a população residente é composta por 555.284 habitantes, sendo que 98,9% desse total habitam o perímetro urbano e 1,1% a zona rural.

Atualmente o município é um polo regional na prestação de serviços das regiões administrativas da Mata, Mantiqueira e Vertentes, estendendo sua influência por mais de 150 municípios, cuja população estimada corresponde a 2.000.000 de pessoas⁴.

III.2 O Conselho Municipal de Turismo de Juiz de Fora (COMTUR/JF)

O Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) foi reativado e normatizado através da Lei nº 12.178, de 16 de dezembro de 2010, com o objetivo de contribuir na formulação de políticas de turismo articulando os diversos atores ligados ao setor na cidade. A Portaria 07.448 de 09 de fevereiro de 2011 nomeou os primeiros conselheiros. A partir daí as reuniões ocorrem periódica e ininterruptamente, funcionando como um órgão colegiado consultivo, de assessoramento e fiscalização, destinado a orientar, incentivar e promover o turismo no Município de Juiz de Fora. No período de realização do estudo o COMTUR estava vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda.

Os membros do COMTUR são responsáveis por participarem das reuniões, apreciarem e votarem matérias sujeitas a avaliação. Devem analisar pareceres técnicos proferidos pelos membros, fornecer informações e dados que auxiliem nas decisões tomadas e encaminhar matérias a serem discutidas na Plenária. Além disso, devem propor a criação de comissões técnicas permanentes e/ou temporárias para tratar de assuntos de interesse do Conselho, bem como eleger entre os participantes o Presidente, Vice-presidente, Secretário e Conselheiros.

⁴ De acordo com dados do IBGE (2016), enquanto o setor da indústria corresponde a R\$ 2.702.832 do Produto Interno Bruto (PIB) do município, o setor de serviços representa R\$ 7.369.350 do PIB.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A duração do mandato dos conselheiros é de 02 (dois) anos a partir da nomeação pelo Prefeito Municipal, sendo possível a sua recondução. Deste modo, o Conselho é composto por 7 (sete) conselheiros e seus respectivos suplentes representantes de órgãos do poder público municipal⁵ ligados a atividade turística. Os demais conselheiros representam cada um dos 14 setores^{6,7} da sociedade civil⁸ as quais atuam no planejamento, organização ou atividades relacionadas a prestação dos serviços turísticos no município de Juiz de Fora. Especificamente, o Art. 3º da Lei 12.178, de 16 de dezembro de 2010 estabeleceu a composição do COMTUR em 21 (vinte e um) membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo que sua composição de maioria não governamental, teve a intenção de estabelecer um caráter de controle social a entidade.

⁵ Os conselheiros do setor público representam: (a) órgão diretamente relacionado ao Turismo; (b) órgão diretamente relacionado à Cultura; (c) órgão diretamente relacionado ao Transporte e Trânsito; (d) órgão diretamente relacionado à Comunicação; (e) órgão diretamente relacionado ao Esporte e Lazer; (f) órgão diretamente relacionado ao Meio Ambiente; (g) Guarda Municipal.

⁶ Deste conjunto fazem parte:: (a) de entidades representativas do comércio; (b) de entidades representativas dos meios de hospedagem; (c) de entidades representativas de bares ou restaurantes ou empresas de entretenimento;(d) de entidades representativas dos profissionais das empresas de transporte de passageiros; (e) de cursos de Turismo ou cursos afins de instituições privadas;(f) da Associação Brasileira de Agências de Viagem – ABAV (substituído por *entidades representativas do segmento agências de viagem*, conforme a Lei nº 12.812, de 12 de julho de 2013); (g) do Juiz de Fora e Região *Convention & Visitors Bureau - JFRC&VB* (substituído por *entidades representativas do segmento captação de eventos*, conforme a Lei nº 12.812, de 12 de julho de 2013); (h) da Associação Brasileira de Promotores de Eventos – ABRAPE (substituído por *entidades representativas do segmento promoção de eventos*, conforme a Lei nº 12.812, de 12 de julho de 2013);(i) do Curso de Turismo da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF (acrescentado *curso relacionado ao Turismo*, conforme a Lei nº 12.812, de 12 de julho de 2013);(j) do Curso de Turismo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Sudeste de Minas Gerais – IFET (acrescentado *curso relacionado ao Turismo*, conforme a Lei nº 12.812, de 12 de julho de 2013); (k) da Agência de Desenvolvimento de Juiz de Fora e Região – ADJFR (substituído por *entidades representativas para o desenvolvimento de Juiz de Fora*, conforme a Lei nº 12.812, de 12 de julho de 2013); (l) da Associação Brasileira dos Profissionais em Turismo – ABPTUR (substituído por *entidades representativas dos profissionais em Turismo*, conforme a Lei nº 12.812, de 12 de julho de 2013); (m) do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais – SEBRAE (substituído por *entidades representativas de apoio as micro e pequenas empresas de Minas Gerais*, conforme a Lei nº 12.812, de 12 de julho de 2013); (n) da Associação dos Municípios do Circuito Turístico Caminho Novo (substituído por *Associação do Circuito Turístico onde Juiz de Fora está inserida*, conforme a Lei nº 12.812, de 12 de julho de 2013).

⁷ Conforme o Capítulo 1, § 1º, da Lei nº 12.178/2010 no caso dos setores que possuem mais de uma entidade representativa, apenas uma terá assento com direito a voto no COMTUR, sendo estas escolhidas através de sorteio em reunião extraordinária a cada dois anos. E o § 2º da mesma Lei estabelece que novas organizações e entidades com atuação na área de turismo poderão compor o Conselho, mediante a aprovação de seus membros em reunião extraordinária.

⁸ O termo Sociedade Civil, segundo a definição estabelecida pela Lei 12.178, de 16 de dezembro de 2010 que normatiza o COMTUR, se refere a atores coletivos e individuais do setor privado e de organizações não governamentais que tem interesse e atuam no setor do turismo. Apenas nos limitamos a reproduzi-lo aqui, tal como é colocado, sem uma análise mais minuciosa da questão, já que este não é o ponto nevrálgico desta pesquisa.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Finalmente, a estrutura organizacional do COMTUR apresenta-se da seguinte forma (Juiz de Fora, 2010):

- 1) **Diretoria Executiva.** Eleita dentre os membros efetivos do Conselho. É composta por: (I) Presidente - eleito alternadamente entre os conselheiros representantes da sociedade civil e do poder público;(II) Vice-Presidente; (III) Secretário.
- 2) **Comissão Fiscal.** Foi estabelecido conforme Juiz de Fora (2010) sua composição por 03 (três) membros eleitos dentre os membros efetivos do Conselho e não pertencentes a secretaria executiva, e alterada pela Lei nº 12.812, de 12 de julho de 2010, art. 3º, para 05 (cinco) membros.
- 3) **Membros** – demais representantes de cada segmento da sociedade, participantes do conselho.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

IV. Resultados

No período analisado houve dois mandatos dos conselheiros, bem como da composição da secretaria executiva, que neste trabalho serão denominados como o período da primeira gestão (2011-2013) (quadro 1) e período da segunda gestão (2013-2015) (quadro 2).

Quadro 1: Entidades participantes do COMTUR na gestão 2011-2013

| No período da gestão 2011-2013 o COMTUR foi composto por 21 membros, conforme a Portaria n° 7448, de 09 de fevereiro de 2011, nomeados em conformidade com a Lei 12.178, de 16 de dezembro de 2010: | |
|---|---|
| Interesse representado | Entidade membro do COMTUR |
| Meio Ambiente | Agência de Gestão Ambiental de Juiz de Fora – Agenda JF (mais tarde convertida em Secretaria de Meio Ambiente - SMA) |
| Cultura | Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage – FUNALFA |
| Segurança | Guarda Municipal |
| Comunicação | Secretaria de Comunicação Social – SCS |
| Planejamento e organização do Turismo | Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Geração de Emprego e Renda – SDEER |
| Esporte e Lazer | Secretaria de Esporte e Lazer – SEL |
| Transporte e Trânsito | Secretaria de Transportes e Trânsito – SETTRA |
| Promoção do turismo | Ação Brasil para o Turismo – ABRALTUR |
| Desenvolvimento | Agência de Desenvolvimento de Juiz de Fora e Região – ADJFR |
| Setor de agenciamento | Associação Brasileira de Agências de Viagem – ABAV |
| Setor de alimentos e bebidas | Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – ABRASEL |
| Setor de eventos | Associação Brasileira de Produtores de Evento – ABRAPE |
| Comercio local | Associação Comercial e Empresarial de Juiz de Fora – ACEJF |
| Setor de transportes | Associação Profissional das Empresas de Transportes de Passageiros – ASTRANSP |
| Organização do destino | Circuito Turístico Caminho Novo – CTCN |
| Promoção do destino | Juiz de Fora e Região Convention & Visitors Bureau - JFRC&VB |
| Educação/formação profissional | Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE |
| Setor de empresas turísticas | Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Juiz de Fora – SHRBSJF |
| Educação/formação profissional | Faculdade Estácio de Sá/Curso de Turismo |
| Educação/formação profissional | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IF SUDESTE/ Curso de Eventos |
| Educação/formação profissional | Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF |

Fonte: elaborado com base nos dados da pesquisa



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Quadro 2: Entidades participantes do COMTUR na gestão 2013-2015

| Através da Portaria nº 8475 e a Lei nº 12.812, de 12 de julho de 2013, na gestão 2013-2015 a composição do conselho foi ampliada. Foram aceitas e nomeadas as entidades: | |
|--|---|
| Interesse representado | Entidade membro do COMTUR |
| Organização da sociedade civil | Associação Cultural e Recreativa Brasil Alemanha – ACRBA |
| Setor de comércio local | Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL |
| Setor da indústria | Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG |
| Setor de comércio local | Serviço de Aprendizagem Comercial – SENAC |
| Setor de comércio local | Sindicato do Comércio de Juiz de Fora – SINDICOMERCIO |
| Setor de transportes | Sindicato dos Taxistas e Transportadores Autônomos de Passageiros de Juiz de Fora |
| Setor de transportes | Sindicato dos Trabalhadores no Ramo de Motorista Auxiliar de Táxi Vans e Escolares - SINDITAXI AUXILIARES |
| Setor de transportes | Sociedade Nacional de Apoio Rodoviário e Turístico – SINART |
| Educação/formação profissional | Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora - CES JF |
| Educação/formação profissional | Faculdade Machado Sobrinho |
| Setor de transportes | Associação Profissional das Empresas de Transporte de Juiz de Fora e Zona da Mata - ASETRAP |

Fonte: elaborado com base nos dados da pesquisa

A diretoria executiva 2011-2013 foi composta pelos representantes da ABAV, como Presidente, da UFJF, como Vice-presidente e do Ditur/SDEER, como Secretário. Nesse caso é evidente que o conhecimento do Ditur sobre como se esperava que o conselho funcionasse contribuiria para o fortalecimento do órgão. Todavia, o esperado seria que as demais entidades assumissem responsabilidades e posições com o passar do tempo inclusive os cargos da secretaria executiva. Nesse período o Conselho Fiscal foi composto pela Astransp, JFRC&VB e a ADJFR.

O Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Juiz de Fora – SHRBSJF e a Faculdade Estácio de Sá/Curso de Turismo não aparecem entre os membros do conselho na gestão 2013-2015. Por outro lado, o Sindicato dos Trabalhadores no Ramo de Motorista Auxiliar de Táxi Vans e Escolares - SINDITAXI AUXILIARES e a Faculdade Machado Sobrinho foram inseridas como membros conforme a Portaria nº 8475/2013. O caso do SHRBSJF é particular pois a entidade é incorporada ao conselho na portaria 2011, mas deixa de participar, é excluída do COMTUR, e retorna apenas no fim da gestão 2013-2015, conforme a Portaria 2015.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Na gestão 2013-2015 a diretoria foi inicialmente composta pela Ditur/SDEER, na presidência, o SEBRAE, na vice-presidência, e a ABRASEL assumiu o cargo da secretaria do conselho. O SEBRAE foi substituído pela UFJF no percurso do mandato da vice-presidência. Nesse período o Conselho Fiscal foi composto pela ACE-JF, o SINDICOMÉRCIO, o SINDITAXI AUXILIARES, o SEBRAE e o CTCN.

V. Análise da Participação Qualificada (Ideias/Ações/Resultados) no período de 2011-2015

V.1 Síntese da Trajetória das discussões por temas

Inicialmente as discussões foram centradas na organização e funcionamento do COMTUR. Após esta fase a criação da logomarca do COMTUR aparece nas reuniões iniciais, levantado pela ABRAPE, e depois de ser concluído o projeto não é retomado. Igualmente o tema de elaboração de uma campanha de Marketing para o estabelecimento da identidade do setor de turismo na cidade de Juiz de Fora é levantado pela SDEER na reunião 2 e apoiado pela UFJF, que menciona o fato de o município não ter um posicionamento de oferta turística bem definido. Na reunião 8 a ABAV, o Ditur e a ABRAPE debatem sobre o edital para a contratação de uma agencia de publicidade que fará a campanha de sensibilização dos moradores de Juiz de Fora sobre o turismo na cidade. O edital é aprovado na mesma reunião e na reunião 10 é apresentada a campanha publicitária elaborada em versão final pela agencia contratada. Todavia, a até a data de 2015 a campanha não havia sido veiculada.

O tema do Edital de Apoio a Projetos Turísticos foi colocado em pauta na reunião 2, a partir do exemplo de MRS Logística, mencionado pela ADRJF. Nas reuniões seguintes foi retomado e permanece regularmente como um tema central até 2015, sempre nos períodos de lançamento do edital, de avaliação dos projetos submetidos e de divulgação dos resultados, bem como de momentos em que os proponentes solicitam inserção na pauta para aprovação de mudanças em seu projeto. Na reunião 60 se observou a necessidade de



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

revisão das regras e normas do Edital, pois este havia apresentado alguns problemas anteriores. O representante da UFJF sugeriu, ainda, que houvesse um curso para capacitar as entidades proponentes, pois os projetos enviados para o edital não cumpriam com o formato de um edital.

A Comissão de Captação de Eventos e Recursos sugeriu na reunião 7 elaborar um calendário de eventos unificado que seria divulgado em hotéis e restaurantes da cidade. O tema foi retomado pela Diretoria do COMTUR na reunião 15, sendo mencionado como uma pauta para o ano de 2012, e indicado como um tema encaminhado na reunião 16, juntamente com a necessidade de atualização do site do COMTUR. Na reunião 31 menciona-se novamente o tema, neste momento como uma proposta de criar um sistema único para gerenciar o calendário de eventos para a cidade. Todavia, a partir de 2013 o objetivo dessa proposta passa a ser uma fonte de informação a todos os produtores de eventos locais e de outras cidades da região.

Sobre a atualização do Portal de Turismo de Juiz de Fora, colocado em pauta na reunião 27, quando o Ditur informa que uma empresa de Consultoria foi buscada para realizar esta tarefa, na reunião 34 destaca-se o SEBRAE, como parceiro para a realização da consultoria. Na reunião 42 menciona-se o tema como uma ação para o ano de 2014 e na reunião 46, uma ação do Plano Plurianual 2014-2017 - PPA.

O tema da necessidade de elaborar uma cartilha de orientação sobre as licenças necessárias para a realização de eventos é mencionado pela ABRAPE na reunião 11, e retomado também pela ABRAPE na reunião 33. Na reunião 34 é elencado como uma proposta de ação entre outras, no documento entregue ao prefeito municipal para inserção no Plano Plurianual (2014-2017).

A necessidade de captação de recursos para impulsar o turismo, como uma preocupação de diferentes conselheiros, associado ao fato de os recursos do COMTUR serem dependentes de repasses do governo federal (ICMS turístico), e vinculados a SDEER, aparece pela primeira vez na reunião 10, colocado pela Diretoria, que sugere apresentar um estudo



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

demonstrando quais aspectos seria preciso desenvolver para justificar a necessidade de captação recursos ao segmento turístico através de emendas governamentais. Na reunião 13, a Comissão de Infraestrutura e Serviços sugere a solicitação de apoio as empresas privadas. O tema é retomado na reunião 31, de forma que entre as propostas para o ano de 2013 a Diretoria menciona a vinculação do recurso do ICMS Turístico ao Fundo Municipal do Turismo e de parte da receita gerada pelo ISSQN da atividade turística da cidade. Na reunião 34 a UFJF propõe aumentar o orçamento buscando captação de recurso externo através da criação de um Escritório de Projetos. Nos encontros 39 e 43 menciona-se que o COMTUR, representado pela ABRASEL, o Ditur e a UFJF, buscou junto ao Prefeito e a Câmara de vereadores recursos para a viabilização do Escritório de Projetos. E na reunião 51 foram relatados os resultados dessa estratégia, sendo que a Prefeitura disponibilizaria 2 estagiários e a Câmara de Vereadores disponibilizaria R\$ 21.000,00, através da proposição de emendas, que seriam destinados ao Fundo Municipal de Turismo para viabilização do escritório. Na reunião 54 é lida a minuta do convênio com a entidade executora dos recursos do escritório. Na reunião 55 aprova-se a FADEPE (Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão da UFJF), para a gestão dos recursos do escritório de projetos⁹.

Sobre o tema da Capacitação e treinamento para melhorar a qualidade de atendimento ao turista a ACEJF levantou o assunto na reunião 1, na reunião 2 foi retomado pela ADRJF e o SINDITAXI, e nas reuniões 6, 7, 13, 37 foi relatado como tema discutido na Comissão de Infraestrutura e Serviços. Menciona-se na reunião 42 o tema como um assunto geral. Na reunião 49 a ABRASEL relata que buscou a SETTRA para discutir a demanda da ACAST para melhor qualidade de cursos de capacitação aos taxistas, e solicitação de conteúdo específico sobre o turismo.

A necessidade de atualização do Plano Municipal de Turismo é mencionada no discurso de reativação do COMTUR, pois é também requisito para que Juiz de Fora estivesse apto a

⁹ O tema permaneceu na agenda, de forma que no primeiro semestre de 2016 o Escritório de Projetos começou a funcionar.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

receber os repasses do ICMS Turístico¹⁰. Todavia apenas nas reuniões 24 e 30 o tema é colocado em pauta, quando se menciona que deveria ser construído um documento aos dois candidatos à Prefeitura de Juiz de Fora, nas eleições 2012, que tivesse as metas e estratégias de ação do turismo para os próximos anos. Nas reuniões 33 e 37 o tema volta a pauta mencionando-se a necessidade de rever o Plano anterior, elaborado em 2002. Em 2014 foi planejado pelo SEBRAE a realização de uma oficina, para rever as estratégias do COMTUR e discutir uma tentativa de tornar a entidade um conselho deliberativo, com a intenção de autonomia em relação as fontes de recurso. Esse tema não havia aparecido antes nas reuniões, é levantado pelo SENAC e ABAV. Nas reuniões 62, 64 e 65 o tema sobre a atualização do Plano Municipal de Turismo é colocado em pauta novamente pela SDEER, ressaltando que este Plano é uma das exigências para habilitar o município para o repasse do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS turístico)

De uma maneira resumida, de todas as propostas durante o período de 2011 a 2015, somente algumas se concretizaram, obtendo resultados reais. O quadro 3 sintetiza esses resultados.

¹⁰ A Lei nº 18.030, de 2009, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), aos Municípios do Estado de Minas Gerais, na Seção I, Subseção VIII, o turismo aparece como um dos Critérios contempladas.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

Quadro 3: Síntese das Ideias, Ações e Resultados

| Ano | Proposta/Projeto | Proponente | Resultado |
|------|---|------------------------------------|---|
| 2011 | (1) Lançamento do Edital de Apoio a Projetos 2012 | Diretoria | Edital de Apoio a Projetos 2012 publicado. E lançado em todos os anos subsequentes (2012, 2013, 2014, 2015) |
| | (2) Apresentação de projetos selecionados | Diretoria | Apresentação dos 14 eventos aprovados para apoio em 2012 |
| 2013 | (3) Desenvolver softwares para alimentar os postos de informação turística em forma de totem com tecnologia touch screen | ABRASEL | Implantado parcialmente |
| | (4) Aumento do orçamento, buscando maior captação de recurso externo | UFJF | Escritório de projetos foi criado em 2016 |
| 2014 | (5) Discussão sobre o cronograma criado pela Comissão para a Conferência Municipal do Turismo com o objetivo da formulação do novo Plano de Turismo de Juiz de Fora. Cronograma proposto: Março e Abril (pesquisa de gabinete - analisar os documentos entregues na reunião de hoje, a Pesquisa de Demanda de Turismo e o Índice de Competitividade dos Destinos Turísticos de Minas Gerais, conforme os oito eixos do MTUR); Maio (Mobilização da sociedade - convite a participação em seminários abertos ao público nos meses de Junho e Julho, onde se expõem por técnicos expertos os eixos MTUR); Agosto (Conferência Municipal - para apresentação de pré-plano com duração de cinco anos); Setembro (Audiência pública para tornar o plano em lei); Outubro (apresentação do plano final) | ABRASEL; ABRAPE, CTCN, SDEER | Execução do cronograma, porém não foi elaborado como havia sido proposto. |
| | (6) Buscou-se junto aos vereadores Ana do Padre Frederico, Jucelio, Julio Gasparette, Vagner e Antônio Aguiar (participantes da comissão de turismo) emendas parlamentares para a viabilização do escritório de projetos | Secretaria executiva | R\$ 21.000,00, proveniente de emendas, serão destinados ao Fundo Municipal de Turismo para viabilização do escritório. |
| 2015 | (7) Workshop ministrado pela consultora de governança do Sebrae | Organizadores: PJF e SEBRAE | Elaboração do documento correspondente ao Plano Municipal de Turismo para manter o ICMS turístico de 2016, porém não foi elaborado como se pretendia. |
| | (8) Diretrizes propostas para o Plano Diretor de Juiz de Fora. Tópicos sugeridos: (1) articulação de Juiz de Fora com Municípios da região, por meio de Circuitos Turísticos, e aproximação de governo Estadual e Federal; (2) incentivo ao comércio e serviços locais de interesse do turismo e criação de selos identificadores dos estabelecimentos turísticos capacitados; (3) incluir a criação de novas áreas para atrair investimentos relacionados ao turismo, reforçar a posição da cidade como polo de eventos, ampliar a infraestrutura e os espaços de exposições e congressos, criar condições para o turismo apropriado as características do Município - de eventos, negócios, cultura, gastronomia, compras e agro e ecoturismo - para aumentar a permanência do visitante; (4) concessão de benefícios fiscais a estabelecimentos contribuintes de imposto sobre serviços (ISSQN, isenção de IPTU, isenção de taxas municipais para instalação e funcionamento, simplificação dos procedimentos para instalação e funcionamento e obtenção das autorizações e alvarás - regulamentada por leis específicas); (5) criar polos estratégicos, identificando e explorando o potencial de cada região do município, criando identidades setoriais; (6) promover locais com potencial turístico e ambientalmente sustentáveis; (7) garantir informações turísticas nas unidades receptoras de turistas - aeroporto, rodoviária, pátios, shoppings, entre outros -; (8) estímulo ao turismo rural e produtos com identidade local; (9) reabilitação dos espaços públicos através de programas de segurança, preservação e recuperação urbanística para os locais turísticos | Guarda Municipal | Diretrizes para o turismo foram incluídas no tratamento do desenvolvimento sustentável no Plano Diretor |

Fonte: elaborado com base nos dados da pesquisa



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

VI. Discussão e considerações finais

Nos resultados apresentados no quadro 3 observa-se que em todo o período de 4 anos (2011-2015) somente 8 resultados concretos foram originados das atividades realizadas pelo COMTUR. Isso se deve a reuniões vazias com discussões indevidas, com muitas ideias, porém desprovida de propostas de ação concretas e organizadas em que, por exemplo, se estabeleça uma divisão de tarefas entre os participantes. Além disso, da análise das atas percebe-se uma falta de comprometimento das entidades com o Conselho, pois suas frequências são muito baixas¹¹.

É importante ressaltar que além desses temas mencionados dentro do COMTUR, existem muitas discussões em torno do regulamento, normas e funcionamento do próprio Conselho, além de questões técnicas como eleições, prazos, datas. Isso gera discussões largas, utilizando o tempo das reuniões para tirar dúvidas de algo que já deveria estar definido, esclarecido e de conhecimento de todos os membros.

Outra discussão recorrente dentro do COMTUR é a necessidade de maior presença das entidades nas reuniões, além de organização para que as ideias sejam realizadas. A proposta e a necessidade de refazer o Plano Municipal do Turismo, é um assunto recorrente e que não gera resultados concretos, pois desde a reativação do COMTUR até a última ata analisada o Plano não havia sido elaborado, mesmo diante da possibilidade de o município perder os repasses relacionados ao ICMS turístico. Deste modo, os 8 resultados identificados foram propostos pelas entidades elencadas no quadro 4 (abaixo).

Como resultado foi possível distinguir a formação de um grupo de agentes com interesses minimamente convergentes e que tendem assumir a liderança dos nos debates, e, portanto, possuem poder para modelar a agenda.

¹¹ A análise das frequências dos conselheiros e sua capacidade de inserção de temas na agenda do COMTUR é apresentada em Pimentel, T. D., Carvalho, F. C. C., Bifano-Oliveira, M. C. e Moura, E. F. L. (2017). Qualidade e efetividade em espaços de participação social: análise do caso de um Conselho Gestor de Turismo no Brasil. Actas do 9º Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP), Montevideo.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Quadro 4: Entidades que propuseram os resultados do COMTUR

| Entidade Proponente | Dos 8 resultados foi proponente de: |
|---------------------|-------------------------------------|
| Ditur/SDEER | 5 resultados |
| UFJF | 4 resultados |
| ABRASEL | 3 resultados |
| ABAV | 2 resultados |
| SEBRAE | 1 resultado |
| Guarda Municipal | 1 resultado |
| JFRC&VB | 1 resultado |
| CTCN | 1 resultado |

Fonte: elaborado com base nos dados da pesquisa

Destaca-se que as entidades mais frequentes tiveram mais resultados identificados ao longo do tempo, o que pode ser relacionado aos argumentos apresentados por diversos análises de políticas públicas, e particularmente por Sabatier e Jenkins-Smith (1993) de que o período de aprendizagem sobre a dinâmica das arenas políticas é importante para a tomada de posição dos agentes envolvidos.

Foi observado que no conselho predomina duas entidades públicas como as mais representativas em termos de participação (frequência) e também de proposições. A primeira é o setor vinculado ao turismo na prefeitura de Juiz de Fora, enquanto o segundo a representação da UFJF, uma entidade de ensino. Em terceiro lugar se observa a representação de uma associação proveniente do setor privado, que se apresenta com mais poder necessário para propor e aprovar temas de seu interesse. Esse trio representa 67% das propostas com resultados concretos no âmbito das atividades do COMTUR.

Além disso, foi comprovado a existência dos perfis propostos por Sabatier e Jenkins-Smith (1993) através da análise das atas e da participação qualificada dos agentes do COMTUR.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

De fato, os representantes de grupos de interesse, como a ABRASEL (terceiro ator com mais propostas concretizadas) regularmente procuram manter suas convicções em pauta, buscar atender os interesses da classe que representa através de uma participação ativa nos debates.

Por outro lado, as agências governamentais ou administrativas, como a SDEER e Guarda Municipal, tendem a assumir posições menos contestatórias e uma tendência a buscar o equilíbrio das discussões, apesar de não deixar de defender os interesses que representam. Além disso, como estão inseridos no contexto político tendem a adaptar seu discurso conforme as alterações no ambiente político em que estão inseridos.

Finalmente a comunidade acadêmica, neste caso representado pela UFJF, a partir de 2013 apresenta uma tendência mais crítica e ativa nos debates, buscando formas de alteração dos problemas que considera latentes no ambiente que implica a organização e desenvolvimento do turismo da cidade.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

VI. Bibliografía

Baumgartner, F. R. e Jones, B. J. (1991). Agenda Dynamics and Policy Subsystems. *The Journal of Politics*, 53 (4): 1044-1074.

Dye, T. (2011) *Understanding public policy*. 13. ed. New York: Longman.

Frey, K. (2000). Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e políticas públicas*, 21.

Haas, P. M. (1992). Epistemic Communities and International Policy Coordination. *International Organization, Knowledge, Power, and International Policy Coordination*, 46(1): 1-35.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Cidades @. Disponível em <<http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/educacao.php?lang=&codmun=313670&search=minas-gerais|juiz-de-fora|infograficos:-escolas-docentes-e-matriculas-por-nivel>>. Acesso em 20 de dezembro de 2016.

Kingdon, J. (1995). *Agendas, Alternatives, and Public Policies*. New York: Longman.

Lasswell, H. D (1950). *Politics: who get what, when, how*. New York: Peter Smith.

Lowi, T. (1964) American Business, public policy, case studies and political theory. *World Politics*, 16: 677-715

Sabatier, P. A. e Jenkins-Smith, H. C. (1993). *Policy Change and Learning: an Advocacy Coalition Approach*. Westview. Press: Colorado.

Theodoulou, S. Z. (1995). The Contemporary Language of Public Policy: A Starting Point. In S. Z. Theodoulou e, M. A. Cahn (Orgs.). *Public Policy: The Essential Readings*. New Jersey: Prentice Hall.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

Leis Consultadas em <https://jlegis.pjf.mg.gov.br/> em 24 fev. 2016.

Lei nº 12.178, de 16 de dezembro de 2010

Lei do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR

Portaria 07.448 de 09 de fevereiro de 2011

Lei nº 12.812 de 12 de junho de 2013

Portaria nº 8475, de 22 de julho de 2013

Regimento Interno do COMTUR

Lei nº 18.030, 12 de janeiro de 2009